



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0282585-4

PROCESSO CRIME Nº 0011735-82.2000.8.17.0001

COMARCA	: Recife – 10ª Vara Criminal
APELANTES	: MPPE e Orestis Stamatiou
APELADOS	: MPPE e Orestis Stamatiou
PROC. JUSTIÇA	: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA	: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO	: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFESA. FURTO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO RETROATIVA DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. REJEITADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO FACE A INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADA. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. IMPROCEDENTE. QUALIFICADORA CONSTANTE DO II, §4º, ART. 155. CPB. NÃO COMPROVADA. RECURSOS NÃO PROVIDOS.

I – Não se há falar em prescrição da pretensão punitiva do Estado, tendo em vista que o Ministério Público de primeiro grau, ao interpor o Recurso de Apelação, pugna pela reforma do *decisum*, a fim de que a pena aplicada seja aumentada, o que, se procedente for, importará no aumento do prazo prescricional.

II – Não se há falar em inépcia da inicial se a Denúncia narra fatos que descrevem conduta passível de ser imputada ao acusado e que se amolda, em tese, ao tipo penal de descrito no art. 155, do Código Penal Brasileiro, atendendo, inteiramente, às exigências contidas no art. 41, do Código de Processo Penal, o que é suficiente para a deflagração da persecução penal.

III - Não merece guarida o pedido de absolvição quando as provas carreadas aos autos comprovam a autoria imputada ao acusado.

IV – Não obstante a relação de parentesco existente entre o acusado e a vítima, não há nos autos comprovação de que o acusado praticou o crime com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, razão pela qual não se há acolher o pedido pelo reconhecimento da qualificadora constante do inciso II, §4º, art. 155, do CPB.

V - Recursos não providos. Decisão Unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da ~~Apelação Criminal~~ nº 0282585-4 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em rejeitar às preliminares de prescrição e de inépcia da inicial e, no mérito, negar provimento a ambos os recursos**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 21 de *março* de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0282585-4

PROCESSO CRIME Nº 0011735-82.2000.8.17.0001

COMARCA : Recife – 10ª Vara Criminal
APELANTES : MPPE e Orestis Stamatiou
APELADOS : MPPE e Orestis Stamatiou
PROC. JUSTIÇA : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

RELATÓRIO

O Ministério Público do Estado de Pernambuco denunciou **Orestis Stamatiou**, devidamente qualificado às fls. 02, como incurso nas penas do art. 155, § 4º, II¹ (fraude), do Código Penal Brasileiro (fls. 02/03).

Narra a inicial acusatória que, no ano de 1988, nesta cidade, o denunciado aproveitando-se da condição de então genro da vítima **Maria José Costa Rocha de Brito**, subtraiu 03 (três) cheques do Banco Sudameris, bem como cheques do Banco de Boston, sacando-os por intermédio de terceiro, cujo somatório dos valores importara na quantia de R\$ 2.440,00 (dois mil quatrocentos e quarenta reais).

A denúncia fora recepcionada em **08 de maio de 2000**, conforme se depreende do despacho firmado no rosto da peça acusatória.

Encerrada a instrução criminal, o douto magistrado em sentença prolatada em **23 de janeiro de 2009**, condenou **Orestis Stamatiou** nas sanções do art. 155, *caput*, do Código Penal Brasileiro, a uma pena definitiva de **01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa**, na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, a ser cumprida em **regime aberto**. Pena esta, que foi substituída por uma pena restritiva de direitos, consistente na prestação

¹Furto

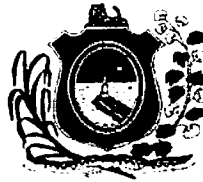
Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Furto qualificado

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

de serviços à comunidade em estabelecimento a ser definido pela VEPA (fls. 218/223).

Irresignado com a decisão condenatória, **Orestis Stamatou** interpôs tempestivo recurso de apelação em **15 de abril de 2009** (fls. 226), pugnando para oferecer as razões recursais na Superior Instância, servindo-se para tanto do disposto no art. 600 do CPP.

Do mesmo modo, inconformado com a decisão de primeiro grau, **o Ministério Público** interpôs tempestivo recurso de apelação (fls. 228), oferecendo suas razões recursais em **21 de dezembro de 2011**, às fls. **231/232**, ao argumento de que o douto magistrado deixou de considerar que na execução do crime o réu foi favorecido pela relação familiar que tinha com a vítima, deixando-o de condenar, assim, pelo crime de furto qualificado. Pugna pela reforma do julgado, a fim de que o réu seja condenado pelo crime de furto qualificado, com o conseqüente aumento da pena.

Em **30 de maio de 2012**, **Orestis Stamatou** contra-arrazoou o recurso ministerial, alegando ausência de provas quanto à qualificadora do abuso de confiança, para em conseqüência, requerer o desprovimento do recurso ministerial, e, por conseguinte, **a manutenção da sentença condenatória**.

Nesta Superior Instância, intimado a defesa, **Orestis Stamatou** ofereceu as razões recursais do recurso de apelação interposto, às fls. 255/266, argüindo, **em preliminar**, a **prescrição da pretensão punitiva em abstrato**, com a conseqüente declaração de extinção da punibilidade, bem como a **inépcia da denúncia**, e, conseqüentemente, **a nulidade do processo**, e, **no mérito**, a absolvição sob as **teses de negativa de autoria e da atipicidade da conduta** no que se refere ao ilícito previsto no **art. 155, do CPB**.

Nas contra-razões recursais de fls. 271/273, o Ministério Público de primeiro grau pugna pelo provimento do apelo do réu **Orestis Stamatou**, a fim de que seja acolhida a preliminar de prescrição.

É de se observar nesta ocasião que inicialmente o Ministério Público recorre com o fito de **aumentar à pena**, ao tempo em que o defensor do acusado nas contra-razões se contrapõe e requer a manutenção da sentença condenatória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

Noutra linha, em sentido inverso, o defensor nas razões recursais da apelação interposta, ao contrário do entendimento anterior, requereu **em preliminar, a prescrição da pretensão punitiva em abstrato, bem como a inépcia da denúncia, e, conseqüentemente, a nulidade do processo, e, no mérito, a absolvição sob as teses de negativa de autoria e da atipicidade da conduta.**

Nas contra-razões recursais, o Ministério Público de primeiro grau, ao contrário, também do entendimento anterior, quando pretendia o aumento da pena, pugnou, desta feita, pelo provimento do apelo do réu **Orestis Stamatiou**, a fim de que seja acolhida a preliminar de prescrição.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Procurador **Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti**, ofereceu parecer pelo **não provimento recursal**, limitando-se à apreciação, tão-somente, do recurso ministerial. (fls. 276/278).

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 14 de *Julho* de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0282585-4

PROCESSO CRIME Nº 0011735-82.2000.8.17.0001

COMARCA : Recife – 10ª Vara Criminal
APELANTES : MPPE e Orestis Stamatiou
APELADOS : MPPE e Orestis Stamatiou
PROC. JUSTIÇA : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO - Preliminar de prescrição da pretensão punitiva em abstrato.

Conforme relatado, Orestis Stamatiou argúi, em preliminar, que o processo está prescrito, eis que entre a data do recebimento da denúncia (08/05/2000) e a publicação da sentença (04/04/2009) transcorreram mais de 08 (oito) anos, razão pela qual requer o reconhecimento da prescrição e, via de consequência, a extinção da punibilidade.

In casu, não se há falar em prescrição da pretensão punitiva do Estado, tendo em vista que o Ministério Público de primeiro grau, ao interpor o Recurso de Apelação, pugna pela reforma do *decisum*, a fim de que a pena aplicada seja aumentada, o que, se procedente for, importará no aumento do prazo prescricional.

Nestes termos, **pela rejeição da preliminar de prescrição** argüida pela defesa, é como voto.

Recife, 20 de maio de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0282585-4

PROCESSO CRIME Nº 0011735-82.2000.8.17.0001

COMARCA : Recife – 10ª Vara Criminal
APELANTES : MPPE e Orestis Stamatiou
APELADOS : MPPE e Orestis Stamatiou
PROC. JUSTIÇA : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO - Preliminar de inépcia da denúncia.

De acordo com o apelante Orestis Stamatiou, a Denúncia não preenche os requisitos do art. 41, razão pela qual requer que seja declarado o processo desde o seu recebimento, por inépcia da Inicial.

De acordo a peça recursal, a inicial acusatória omite em que circunstância, dia, hora e local teria havido a suposta conduta do agente, cingindo-se a mencionar genericamente o ano de 1998.

Muito ao revés do que alega o réu, observa-se, de proêmio, que a Denúncia narra fatos que descrevem conduta passível de ser imputada ao acusado e que se amolda, em tese, ao tipo penal de descrito no art. 155, do Código Penal Brasileiro, atendendo, inteiramente, às exigências contidas no art. 41², do Código de Processo Penal, o que é suficiente para a deflagração da persecução penal.

Importa salientar que o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o trancamento da ação penal é medida de exceção, admissível somente quando emerge dos autos, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a existência de fato penalmente atípico, a inexistência de qualquer elemento indiciário demonstrativo de autoria do delito ou, ainda, a extinção da punibilidade.

² Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

In casu, o fato descrito na inicial acusatória é típico, previsto no art. 155, do Código Penal Brasileiro, razão pela qual não se há falar em inépcia da inicial.

Nestes termos, **pela rejeição da preliminar** de inépcia da denúncia, argüida pela defesa, **é como voto.**

Recife, 21 de março de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0282585-4

PROCESSO CRIME Nº 0011735-82.2000.8.17.0001

COMARCA : Recife – 10ª Vara Criminal
APELANTES : MPPE e Orestis Stamatiou
APELADOS : MPPE e Orestis Stamatiou
PROC. JUSTIÇA : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOCADO : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO – MÉRITO - Recurso Interposto por Orestis Stamatiou

1. Da tese de negativa de autoria e da atipicidade da conduta no que toca o art. 155, do Código Penal Brasileiro:

O apelante nega a autoria delitiva, sustentando que a Acusação não logrou êxito em demonstrar quando, onde e de que modo teria ocorrido a dita subtração e, o mais significativo, ninguém, em absoluto, viu-o realizar a conduta típica descrita na Inicial.

A denúncia narra que Orestis Stamatiou, no ano de 1998, aproveitando-se da condição de genro da vítima Maria José Costa Rocha de Brito, subtraiu-lhe 03 (três) cheques do Banco Sudameris e 03 (três) cheques do Banco de Boston.

Narra a inicial acusatória que réu, muito embora separado judicialmente da filha da vítima, continuou a frequentar a residência do casal e, no mês de agosto de 1999, o réu pediu para que o *office boy* da empresa de prestação de serviços onde trabalhava, Sérgio Luiz dos Santos, sacasse os referidos cheques.

Constam dos autos que foram sacados 03 (três) cheques do Banco Sudameris, na importância de R\$ 2.440,00 (dois mil quatrocentos e quarenta reais) (fls. 09/09v.), e mais 02 (dois) cheques do Banco de Boston (fls. 104/105).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

A testemunha **Sérgio Luiz dos Santos**, *office boy* que realizou os saques a mando do réu, declarou à autoridade policial que, após os saques, entregou o dinheiro à Orestis Stamatiou.

Constam dos autos que **Sérgio Luiz dos Santos** não obteve nenhum benefício com os saques, somente os tendo realizados a mando do réu (fls. 88).

O crime de furto restou configurado e devidamente demonstrado nos autos, eis que houve a subtração de cheques da vítima dos autos e a posterior utilização dos mesmos, com os saques realizados em benefício do réu.

O posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que para caracterizar-se o crime de furto, necessário se faz que o bem jurídico patrimônio seja afetado de alguma forma com a subtração do bem em si mesmo (HC 47.121/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 06/11/2008, DJe 01/12/2008).

In casu, a conduta do réu Orestis Stamatiou afetou o bem jurídico da vítima **Maria José Costa Rocha de Brito**, eis que sacou da conta da mesma a importância de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), causando-lhe efetiva lesão ao seu patrimônio, somente não sacando o terceiro cheque em virtude de o Banco ter sido avisado pela vítima da prática do crime.

Muito embora o apelante defenda a tese de negativa de autoria, o conjunto probatório constantes dos autos, sobretudo os depoimentos testemunhais de fls. 10, fls. 87, convergem no sentido de atribuir à Orestis Stamatiou a prática do crime de furto descrito na inicial acusatória, senão vejamos.

A testemunha Sérgio Luiz, muito embora não tenha comparecido em juízo por não ter sido encontrada, disse à autoridade policial que recebeu os cheques objeto desta ação penal de Orestis Stamatiou e os sacou a mando deste e que, após o saque, o depoente devolveu o dinheiro para o senhor Orestes, conforme depoimento de fls. 10.

Em juízo, o próprio acusado declarou que **“somente recebeu os valores dos cheques constantes desse processo, isto para no mínimo ser**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

ressarcido um pouco do prejuízo que lhe causou dona Isabela”, ou seja, assumiu ter recebido importância que não lhe pertencia, o que fez de forma livre e consciente.

A vítima, em seu depoimento prestado em juízo (fls. 104/106), declara que o acusado pegou os talões de cheque dela declarante na Portaria do prédio onde ele havia morado com a sua filha Izabela.

] Assim, dúvida não há de que Orestis Stamatiou praticou o crime de furto descrito na inicial acusatória.

Nesta seara a condenação se impõe.

2. Da presença da qualificadora constante do §4º, II, do art. 155, do Código Penal Brasileiro – Recurso Ministerial:

Conforme relatado, o Ministério Público sustenta que o juiz deixou de considerar que na execução do crime o rei foi favorecido pela relação familiar que tinha com a vítima e que ele próprio confessou que os cheques estavam na residência da vítima.

Não obstante a relação de parentesco existente entre o acusado e a vítima, não há nos autos comprovação de que o acusado, ~~com abuso de~~ confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, subtraiu os cheques pertencentes a mesma.

Importa mencionar, outrossim, que a vítima declarou em juízo (fls. 106) que os cheques foram retirados da Portaria do prédio onde o acusado coabitava com Izabela, a ex-companheira dele e filha da vítima, o que demonstra que os referidos cheques poderiam ter sido subtraídos por outras pessoas que não tivessem qualquer relação de confiança com a vítima, razão pela qual **não se há reconhecer a qualificadora constante do inciso II, §4º, do art. 155, do Código Penal Brasileiro.**

Registre-se, por oportuno, que se acolhida esta decisão, e transitada em julgado esta decisão para a acusação, operar-se-á extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230

Nestes termos, pelo improvimento dos recursos, mantendo incólume a sentença de primeiro grau, é como voto.

Recife, 21 de agosto de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado